



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002340-49.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP.

ASSUNTO: Dispensa de Licitação –Contratação de serviços especializados para realização da decoração de Natal no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**DESPACHO Nº 1483 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela COMAP ([1091762](#)), por meio do Documento de Formalização da Demanda de evento n. [1091765](#), objetivando a aquisição de itens de iluminação natalina, com fornecimento de mão de obra especializada para montagem e desmontagem.

Para instruir os autos, carreu-se o Documento de Formalização da Demanda ([1091765](#)); informação conclusiva sobre o valor estimado ([1093481](#)); e o Termo de Referência ([1094183](#)), com a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, contrato, pagamento, gestão e fiscalização.

A unidade demandante, nos termos do item 3.1 do TR ([1094183](#)), justifica a contratação tendo em vista a necessidade de garantir um ambiente festivo, seguro e de qualidade para todos os envolvidos, executado por empresa especializada, para garantir maior responsabilidade técnica sobre o serviço prestado, assim como melhor qualidade e durabilidade dos materiais utilizados.

O valor total da contratação foi estimado em **R\$ 34.525,00** (trinta e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais), valor obtido a partir da pesquisa de preço no mercado local realizada para estimativa do valor final registrado na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC) juntada ao evento n. [1093481](#).

Dentre as empresas que participaram da cotação a que ofertou melhor proposta foi a empresa BARRA MANSA, CNPJ 30.126.357/0001-81 ([1093252](#)), juntando-se aos presentes autos no evento n. [1093266](#) comprovação de regularidade da empresa com o CNJ, FGTS, Justiça do Trabalho e Receita Federal, remetendo-se os autos à SAOFC que exarou comando às unidades competentes para prosseguimento do processamento do feito ([1094206](#)).

A COFC, nos termos do evento n. [1094299](#), inicialmente informou a impossibilidade de realizar a programação e consequente



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reserva orçamentária dos valores neste exercício financeiro do serviços de desmontagem dos materiais, por ser serviço a ser realizado no próximo exercício financeiro, dependendo de **aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024** e da abertura do exercício 2024, contudo, nos termos do despacho de evento n. [1094304](#) atestou que as despesas para aquisição dos materiais e relativa a montagem dos serviços, a serem operacionalizadas ainda no exercício de 2023, tratam-se despesas previstas no planejamento orçamentário deste exercício com proposta orçamentária registrada no processo n. [0000150-50.2022.6.22.8000](#), havendo comando para SPOF operacionalizar a respectiva programação orçamentária.

Em cumprimento ao comando do Secretário da SAOFC, juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 31.525,00 (trinta e um mil quinhentos e vinte e cinco reais)** para custear as despesas com a aquisição do material e montagem (1094317), e minuta do primeiro termo aditivo ao contrato n. 15/2023 ([1088253](#)), remetendo o feito para análise da AJSAOFC ([1088294](#)).

Submetida a análise da SAC, essa unidade atestou a regularidade do processamento do feito às normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por dispensa de licitação** ([1094529](#)), remetendo o feito à AJSAOFC para análise e emissão de parecer jurídico ([1094560](#)).

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 289/2023 ([1094624](#)), opinou, em síntese, pela possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133/21, da empresa **BARRA MANSA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - CNPJ: 30.126.357/0001-81**, pela aprovação do Termo de Referência n. 7/2023-COMAP ([1094183](#)) e demais documentos que integram a fase de planejamento da contratação, entendendo-se possível a substituição do contrato pela nota de empenho, bem com desnecessária a publicação na imprensa oficial da contratação tendo em vista seu valor está abaixo do patamar da dispensa legal, ocorrendo a publicação do extrato da nota de empenho juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**, registrando, por fim, a necessidade de verificação prévia da **inscrição da empresa que se pretende contratar no cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, conforme a informação do senhor Secretário da SAOFC no evento** ([1090607](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, dentre



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eles o TR ([1094183](#)); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado ([1093481](#)); pela autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação com fulcro no art. 775, II da Lei 14.133/2021; **Contratação direta da empresa BARRA MANSA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 30.126.357/0001-81; e pela publicação do ato de dispensa, em prestígio ao princípio da publicidade, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **sítio eletrônico oficial do TRE-RO**, conforme item 28 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 ([1094983](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o presente pedido de contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

O caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso II do artigo 75, assim estabelece:

**Art. 75.** É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (~~Vide Decreto nº 10.922, de 2021~~) (~~Vigência~~) ([Vide Decreto nº 11.317, de 2022](#))

Dessa feita, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda (**R\$ 34.525,00** (trinta e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais)) não supera o limite legal permitido no art. 75, II, atualizado a partir de 1º de janeiro de 2023 para a cifra de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos) (Decreto n. 11.317, de 29 de Dezembro de 2022).

Observa-se ainda, que no processamento da pretendida contratação direta observou-se o cumprimento dos requisitos legais da fase preparatório da contratação que, em não sendo um certame licitatório, a própria Lei 14.133/2021, em seu art. 72, elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação, dispositivo também normatizado no âmbito deste Tribunal, nos termos da IN n. 9/2022, que nos casos de contratação direta trouxe como obrigatórios o DFD (Documento de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Formalização da Demanda), Estimativa da despesa e TR/PB, acostados aos autos nos eventos n. [1091765](#), [1093481](#) e [1094183](#) respectivamente, facultando a elaboração da instituição de uma equipe de planejamento, ETP e Mapa de Riscos e, em não havendo contrato, equipe de gestão de contrato, restando-se justificada a ausência de tais documentos.

Analisando minuciosamente cada um dos documentos de cunho obrigatório, percebe-se que todos mostram-se adequados ao regime da Lei 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, uma vez que contém todos os elementos tidos como essenciais, podendo-se extrair de suas leituras o cumprimento das exigências legais para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, dentre elas: a) a **razão da escolha do fornecedor** (envio das cotações a diversas empresas do ramo); e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021** - a partir da juntada do documento denominado Informação Conclusiva do Valor Estimado - evento [1093481](#)).

Dessa feita, restam atendidos os requisitos de natureza obrigatória para todas as contratações públicas, isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Dessa forma, resta justificada a escolha da empresa **BARRA MANSA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **30.126.357/0001-81**, por ter ofertado a melhor/mais vantajosa proposta dentre as participantes na cifra de **R\$ 34.525,00** (trinta e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais) ([1093252/1093806](#)).

No caso sob análise, a **empresa escolhida apresenta regularidade mínima para contratar com a Administração Pública** conforme se verifica nas certidões juntadas ao evento n. [1093266](#), restando-se atendidos os requisitos de regularidade da empresa a ser contratada. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

Desse modo, pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se que resta **devidamente justificado o preço a ser contratado**, uma vez que a aferição dos preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, de modo que restam cumpridas as exigências previstas na lei 14.133/2021.

Some-se a isso haver **justificativa para a contratação pretendida**, que busca atender a necessidade de garantir um ambiente festivo, seguro e de qualidade para todos os envolvidos, executado por empresa especializada garante-se maior responsabilidade técnica sobre o serviço prestado, assim como garantias em relação à qualidade e durabilidade dos materiais utilizados, conforme se depreende da leitura do Documento de Formalização da Demanda juntado ao evento n. [1091765](#) e TR de evento n. [1094183](#).

No tocante à aferição de eventual **fracionamento indevido de despesa**, nos termos registrados pelo Secretário da SAOFC no quadro de registros de despesas 2023 ([1092346](#)) **NÃO** indica qualquer outra contratação anterior no exercício corrente de enfeites natalinos característicos do objeto em tela, o que afasta qualquer questionamento envolvendo o tema fracionamento.

Verifica-se, ainda, que nos termos do item 6 do TR ([1094183](#)), a unidade solicitante opinou pela **aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade**, instituindo a obrigação do uso de lâmpadas LED, que consomem menos energia e têm uma vida útil mais longa em comparação com as lâmpadas incandescentes, contribuindo para a economia de energia e a redução de resíduos, além da adoção da ação de desligar as luzes quando não está em uso, evitando-se o gasto excessivo de energia dos enfeites luminosos, efetuando, quando necessário, o descarte adequado dos materiais.

Registra-se que o contrato será substituído por Nota de Empenho de Despesa, com fulcro no artigo 95, da Lei n. 14.333/21, nos termos descritos no subitem 7.1 do TR ([1094183](#)).

Pelo exposto, com amparo nas atribuições conferidas pela Portaria GP n. 66/2018, bem como nos documentos e nas informações constantes nos autos:

1 - **aprovo** o Termo de Referência n. 7/2023 ([1094183](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - **aprovo** o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva, de evento n. [1093481](#), em cumprimento ao [item](#)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ alterado pela Portaria 57/2023/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

3 - **autorizo** a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor, com fundamento** no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021;

4 - **adjudico** o objeto à empresa **BARRA MANSA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 30.126.357/0001-81, e autorizo a emissão de nota de empenho em seu favor, no valor de **R\$ 34.525,00** (trinta e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais), por ter apresentado a melhor proposta no mercado e estar apta a contratar com a Administração Pública. e

**5 - Determino a divulgação do ato autorizativo e demais documentos necessários**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando constante do Parágrafo único do art. 72 e no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 06/12/2023, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1095316** e o código CRC **8171DF7F**.